Anais do Congresso Brasileiro de Iniciação Científica
(https://periodicos.unisanta.br/COB)

ISSN 2317-1316

O COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR

WORK IN CONFRONTING FOOD INSECURITY

Eftimia Hyfantidis, Paula Clery Henriques Santolaya Torres, Rogério Santos

Universidade Santa Cecília, Faculdade de Serviço Social.
E-mail para contato: fiti70@yahoo.com.br, ps041752@alunos.unisanta.br

RESUMO – O presente estudo analisa o compromisso ético-político do Serviço Social no enfrentamento da insegurança alimentar no Brasil, articulando a crítica estrutural da questão social ao direito constitucional e às políticas públicas. O objetivo é compreender os desafios éticos, teóricos e técnicos enfrentados pelos assistentes sociais para viabilizar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) em cenários de desigualdade e restrição protetiva. Metodologicamente, realiza-se uma pesquisa bibliográfica e documental de abordagem qualitativa, alicerçada na matriz teórico-política crítico-marxista e na análise da legislação vigente. Os resultados indicam que a atuação profissional, orientada pelo Projeto Ético-Político contemporâneo, recusa o assistencialismo tradicional, a caridade burguesa e o clientelismo político. O assistente social atua na politização da demanda, convertendo o atendimento emergencial de entrega de insumos em estratégia de emancipação, fortalecimento do controle social e consolidação da cidadania plena. Conclui-se que a categoria exerce papel central na operacionalização e defesa do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), reafirmando seu compromisso com a justiça social, os direitos humanos e a construção de uma sociedade igualitária.

Palavras-chave: Serviço Social; Insegurança Alimentar; Questão Social; SISAN; Compromisso Ético-Político.

ABSTRACT – The present study analyzes the ethical-political commitment of Social Work in facing food insecurity in Brazil, articulating the structural critique of the social issue to constitutional law and public policies. The objective is to understand the ethical, theoretical and technical challenges faced by social workers to enable the Human Right to Adequate Food (DHAA) in scenarios of inequality and protective restriction. Methodologically, bibliographic and documentary research is carried out with a qualitative approach, based on the critical-Marxist theoretical-political matrix and on the analysis of current legislation. The results indicate that the professional performance, guided by the contemporary Ethical-Political Project, refuses traditional welfare, bourgeois charity and political clientelism. The social worker acts in the politicization of the demand, converting the emergency service of delivery of inputs into a strategy of emancipation,

ISSN 2317-1316

strengthening of social control and consolidation of full citizenship. It is concluded that the category plays a central role in the operationalization and defense of the National Food and Nutrition Security System (SISAN), reaffirming its commitment to social justice, human rights and the construction of an egalitarian society.

Keywords: Social Work; Food Insecurity; Social Issue; SISAN; Ethical-Political Commitment.

1 INTRODUÇÃO

A insegurança alimentar constitui uma das expressões mais graves e perversas da questão social no Brasil, privando milhões de cidadãos do acesso regular, permanente e digno a alimentos de qualidade. Embora o direito à alimentação adequada seja um preceito fundamental expressamente assegurado pelo Artigo 6º da Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), a persistência da fome severa expõe as contradições do desenvolvimento capitalista. Como esclarece Iamamoto (2001), a questão social produz sistematicamente a desigualdade, a exclusão e a marginalização da classe trabalhadora, demandando a intervenção do Estado por meio de políticas sociais (YAZBEK, 2012).

Diante desse panorama de violação de direitos, o compromisso ético-político do Serviço Social se materializa na recusa às tradicionais práticas clientelistas e assistencialistas que historicamente marcaram o trato da miséria no país. Sob a ótica do desenvolvimento humano e da emancipação, o combate à fome não se reduz à mera distribuição de cestas básicas, mas envolve a garantia indissociável de renda, trabalho, moradia, saúde e educação (SEN, 2000).

O objetivo deste trabalho é discutir os desafios éticos e técnicos enfrentados pelos assistentes sociais para converter ações emergenciais em estratégias de consolidação da cidadania plena e fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental de abordagem qualitativa e caráter crítico-reflexivo.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo foi baseado em revisões bibliográficas relativas ao tema, buscando informações e dados que, de forma concreta, pudessem demonstrar o tamanho da insegurança alimentar e a importância do serviço social para a minimizar o problema.

ISSN 2317-1316

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Projeto Ético-Político e a Superação do Clientelismo

A intervenção do Serviço Social frente à fome é historicamente tensionada pela herança do assistencialismo tradicional e da benemerência. Contudo, o amadurecimento teórico da profissão consolidou o Projeto Ético-Político contemporâneo, que vincula a categoria à defesa dos direitos humanos, da justiça social e da superação da ordem capitalista (NETTO, 2005; 2006).

Figura 1: Exemplo de esquema de um Projeto Ético Político.



Esse compromisso exige que o profissional recuse a criminalização ou patologização da pobreza. Ao atender famílias em situação de vulnerabilidade, o assistente social opera a mediação do alimento enquanto direito social legítimo, e não como favor ou caridade isolada. A atuação profissional assume o papel crítico de politizar a demanda, transformando a carência em consciência de cidadania, combatendo a mercantilização das necessidades básicas e promovendo a autonomia dos sujeitos sociais.

ISSN 2317-1316

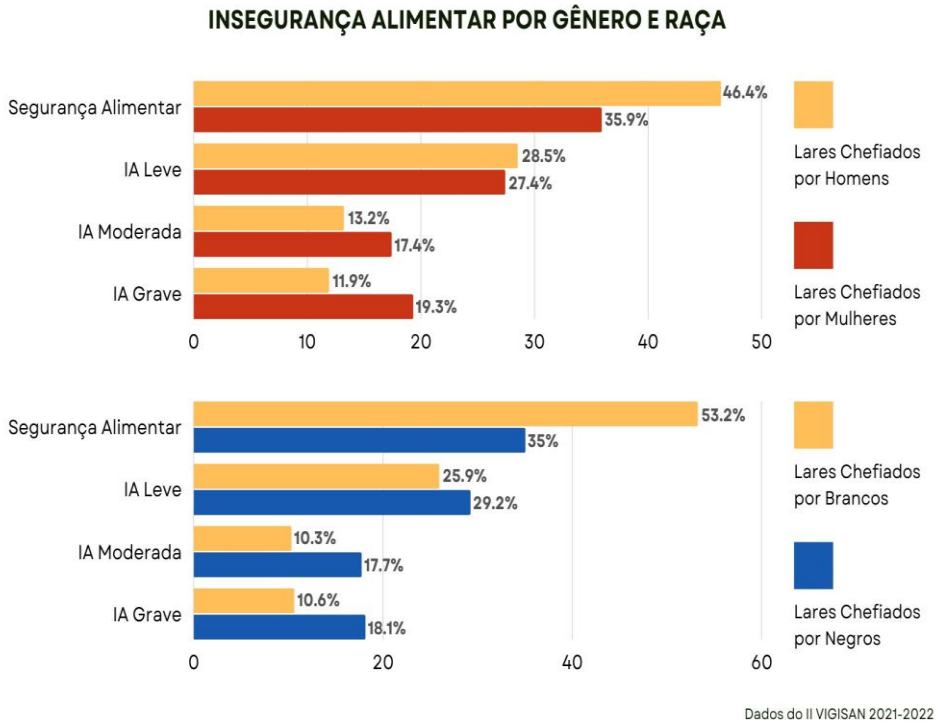
A Fome como Expressão da Questão Social e a Crítica Estrutural

Para compreender a insegurança alimentar na realidade brasileira periférica, é preciso romper com visões naturalizadas, moralistas ou individualizantes. A privação alimentar não é um problema de ordem pessoal, escassez natural ou fatalidade climática; é um subproduto necessário da desigualdade estrutural inerente ao modelo econômico vigente. O pioneirismo de Josué de Castro (1946) já demonstrava o caráter político da miséria biológica como resultado de estruturas sociais deficientes e distribuição econômica injusta.

No campo do Serviço Social, a fome é apreendida em suas determinações macroscópicas. Yazbek (2012) corrobora essa perspectiva ao conceituar a pobreza como uma relação social que expressa a expropriação de direitos e a subordinação política, constituindo-se em contradição constitutiva do modo de produção capitalista que cinde a sociedade em classes. Portanto, a ausência de alimento evidencia as fraturas de um sistema que prioriza a acumulação em detrimento das necessidades vitais humanas.

Na Figura 2 é possível visualizar os dados de segurança alimentar por gênero e raça no Brasil em levantamento realizado entre 2021 e 2022.

Figura 2: Insegurança alimentar por gênero e raça no Brasil.



ISSN 2317-1316

A Abordagem dos Sistemas Alimentares: Estrutura e Ambiente

A superação de leituras isoladas sobre a fome exige a incorporação da abordagem dos sistemas alimentares, compreendidos como o conjunto de atores, recursos, instituições e atividades que perpassam desde a produção até o consumo e o descarte dos alimentos. Essa perspectiva sistêmica permite identificar como os processos econômicos, políticos e ambientais se articulam em diferentes escalas territoriais para condicionar o acesso à comida. Na Figura 3 vemos os fatores que influenciam diretamente nos sistemas alimentares.

Figura 3: Fatores que influenciam nos sistemas alimentares.



Conforme a literatura especializada da área:

O estudo dos sistemas alimentares articula três componentes centrais: a cadeia de abastecimento, o ambiente alimentar e o comportamento do consumidor. Mudanças em uma etapa podem produzir efeitos nas demais: uma alteração na produção modifica a oferta, enquanto decisões de transporte, processamento e comercialização influenciam preços, qualidade e acesso (SISTEMAS ALIMENTARES..., 2022, p. 20-21).

Sob essa ótica, a cadeia de abastecimento, que engloba produção, armazenamento, processamento, comercialização e marketing, muitas vezes reflete formas de concentração econômica que determinam quais alimentos chegam a cada território e a que custo. Essa

ISSN 2317-1316

dinâmica molda diretamente o ambiente alimentar, que corresponde ao conjunto de condições físicas, econômicas e políticas onde as pessoas obtêm alimentos.

Desse modo, "a existência de alimentos em uma região não garante, por si só, acesso equitativo a uma alimentação adequada, especialmente quando há limitações de renda, mobilidade ou infraestrutura" (SISTEMAS ALIMENTARES..., 2022, p. 23). Para o Serviço Social, decifrar o ambiente alimentar é essencial para compreender por que a mera disponibilidade de produtos no mercado não se traduz em segurança nutricional para as classes subalternas.

A Operacionalização das Políticas Públicas e a Defesa do SISAN

Os dados mais recentes da Organização das Nações Unidas evidenciam avanços importantes no enfrentamento da fome no Brasil. O país permaneceu fora do Mapa da Fome no período recente, enquanto a insegurança alimentar severa apresentou redução significativa, alcançando 0,6% da população. Entretanto, esse avanço não significa a superação absoluta da problemática, uma vez que 21,1% da população brasileira ainda não possui condições de acesso a uma alimentação saudável. Dessa forma, os resultados demonstram a importância da continuidade das políticas públicas de segurança alimentar e do compromisso ético-político do Serviço Social na defesa do direito humano à alimentação adequada e no enfrentamento das desigualdades sociais.

A materialização desse projeto profissional ocorre nos espaços sócio-ocupacionais por meio da gestão e viabilização de programas redistributivos e de transferência de renda. Conforme assevera Iamamoto (2008; 2018), o assistente social não se posiciona como mero executor burocrático. Integrado na engrenagem das classes sociais, cabe ao profissional decifrar a realidade social e utilizar seu arsenal técnico-operativo para transformar necessidades emergenciais em direitos sociais legítimos.

No âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), essa postura crítica se traduz no fortalecimento e defesa intransigente do SISAN. Na figura 4 vemos como se estrutura o SISAN. Conforme pontua Valente (2007), o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) exige que o Estado assuma a responsabilidade jurídica e social sobre a segurança alimentar. Superando a lógica de programas sazonais de governo, o assistente social atua para

ISSN 2317-1316

que os mecanismos econômicos e políticos de proteção social atuem diretamente na regulação da cadeia de abastecimento e do ambiente alimentar, garantindo que a população acesse o alimento de forma digna, soberana e autônoma.

Figura 4: Estrutura do SISAN.



4 CONCLUSÃO

O compromisso ético-político do Serviço Social no enfrentamento da insegurança alimentar constitui-se como um divisor de águas entre a prática caritativa alienante e a intervenção profissional emancipatória. O levantamento bibliográfico evidenciou de forma contundente que a fome é uma violação de direitos estruturalmente produzida pela desigualdade social e pela omissão estatal, umbilicalmente ligada às contradições da acumulação capitalista.

A atuação da categoria profissional, respaldada nos pressupostos teóricos de Netto, Iamamoto, Yazbek, Castro e Valente, rejeita o trato assistencialista e clientelista da miséria. Conclui-se que o assistente social exerce papel fundamental na consolidação do SISAN e das políticas públicas universais. Sua prática cotidiana busca converter o atendimento emergencial de entrega de insumos em uma porta de entrada para a autonomia dos sujeitos, para o

ISSN 2317-1316

fortalecimento do controle social e para a efetivação da alimentação como um direito humano inalienável, indissociável da dignidade humana e da justiça social.

Diante das reflexões suscitadas ao longo deste estudo, constata-se que o objetivo de analisar o enfrentamento da fome e da insegurança alimentar no Brasil à luz do Serviço Social foi plenamente alcançado. O levantamento bibliográfico evidenciou de forma contundente que a privação alimentar não constitui um problema isolado ou uma disfunção passageira, mas sim uma das expressões mais perversas e estruturais da "questão social", intrinsecamente ligada às contradições da acumulação capitalista e à expropriação de direitos.

Fica evidente que a atuação do assistente social no combate à fome deve superar o viés meramente assistencialista e emergencial, transmutando-se em uma práxis crítica. Essa intervenção exige a articulação contínua com as políticas públicas universais e a defesa intransigente dos direitos sociais, em consonância com o Projeto Ético-Político da profissão. Conclui-se, portanto, que enfrentar a insegurança alimentar na realidade brasileira contemporânea é um ato de resistência e um compromisso indissociável com a justiça social, com a emancipação dos sujeitos e com a construção de uma sociedade radicalmente justa, democrática e igualitária

5 DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Durante a elaboração deste trabalho, utilizou-se a ferramenta Gemini para correção de ortográfica e ajustes das regras abnt. O conteúdo gerado foi revisado, editado e validado pelos autores, que assumem total responsabilidade pelo texto final.

6 REFERÊNCIAS

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. [1]

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2009. [1]

ISSN 2317-1316

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social na cena contemporânea**: competências profissionais e projeto ético-político. São Paulo: Cortez, 2018. [1]

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2008. [1]

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. O projeto ético-político do Serviço Social. *In*: CRESS/CFESS (org.). **Serviço Social e direitos**: coletânea de leis e resoluções. Brasília: CFESS, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI)**. Relatório Anual. Roma: FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO, [2026].

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SISTEMAS alimentares, fome e insegurança alimentar e nutricional no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2022. 324 p

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. **O direito humano à alimentação adequada**: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes sociais e pobreza no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico do Serviço Social na contemporaneidade. *In*: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.